

2026

OFICINAS DE
**PESQUISA
E JURISPRUDÊNCIA**

2º SEMESTRE

Sumário

Programa de Oficinas de Pesquisa e Jurisprudência.....	5
Informações gerais.....	5
Apresentação do curso.....	5
Formas de avaliação.....	6
Materiais de leitura.....	6
Informações administrativas.....	7
Coordenação acadêmica.....	7
Cronograma de aulas.....	8
Leituras e materiais didáticos.....	12
Visita de Formação Museu Judaico.....	12
Oficina de jurisprudência Atividade econômica vs. serviço público: é possível a separação? O caso da ADPF dos Correios.....	12
Oficina de Pesquisa Interdisciplinaridade e direito comparado.....	13
Atividade Opcional Conversa com Clarissa Gross mediada por Carlos Ari Sundfeld.....	13
Oficina de Jurisprudência Inteligência artificial aplicada a serviços públicos: a experiência do CADE.....	13
Oficina de Pesquisa 1ª Discussão de trabalhos.....	13
Atividade Opcional Tribunal Regional Federal da 3ª Região: Visita e acompanhamento da Sessão de Julgamento.....	14
Seminário no Insper (evento Insper + sbdp) Regulação da saúde mental nas escolas Direito, Economia Política e a agenda de inovação.....	14
Oficina de Jurisprudência Regulação da indústria de alimentos.....	14
Oficina de Pesquisa 2ª Discussão de trabalhos.....	15
Oficina de Jurisprudência Economia política, desenvolvimento e pobreza.....	15
Oficina de Pesquisa 3ª Discussão de trabalhos.....	15
Oficina de Jurisprudência Gestores públicos têm direito ao erro? O art. 28 da LINDB e o julgamento da MP 966 no STF.....	16
Oficina de Pesquisa 4ª Discussão de trabalhos.....	16
Oficina de Jurisprudência Terceirização no Serviço Público.....	17
Oficina de Pesquisa 5ª Discussão de trabalhos.....	17
Oficina de Jurisprudência Código de Ética para o STF.....	18
Oficina de Pesquisa 6ª Discussão de trabalhos.....	18
Oficina de Jurisprudência O tempo como fator de solução administrativa.....	18
Oficina de Pesquisa 7ª Discussão de trabalhos.....	18
Oficina de Jurisprudência Entre proibir e regular: o STF e o transporte de passageiros por moto em São Paulo.....	19
Oficina de Pesquisa 8ª Discussão de trabalho.....	19
Visita de Formação Comitê Paralímpico.....	20
Oficina de Jurisprudência Loterias e apostas: de quem é a competência para explorar e controlar? O caso da ADPF 1212 e das Bets.....	20
Oficina de Jurisprudência Direito, economia política e a agenda de corrupção.....	20
Oficina de Pesquisa 9ª Discussão de trabalhos.....	22
Oficina de Jurisprudência Responsabilidade da União pelos crimes da Ditadura Militar: o caso Vladimir Herzog na Justiça Federal.....	22
Oficina de Pesquisa Pesquisa jurídica aplicada.....	22
Open Day EFp 2026 Direito à creche no Tribunal de Justiça de São Paulo.....	23
Atividade Opcional Aula aberta: Concessões de cemitérios no município de São Paulo.....	23
Atividade Opcional VIII Vitrine de Pesquisa do Núcleo Público.....	24
Oficina de Jurisprudência Parcerias público-privadas na educação: é constitucional a gestão privada de escolas públicas?.....	24

Oficina de Pesquisa Os bastidores da História: como o STF chegou até aqui?.....	25
Oficina de Jurisprudência Fidelidade partidária e interações Judiciário-Legislativo no Brasil.....	25
Oficina de Pesquisa Encerramento do Semestre.....	26

Programa de Oficinas de Pesquisa e Jurisprudência

2º semestre de 2026

Informações gerais

Apresentação do curso

A Escola de Formação Pública tem como objetivo oferecer aos alunos de graduação em Direito, de diferentes instituições e estágios de formação, uma experiência anual, introdutória e transversal, voltada ao desenvolvimento de competências de leitura jurídica, interpretação institucional e reflexão crítica.

A proposta pedagógica articula dois movimentos complementares.

No primeiro, constrói-se uma base comum por meio da leitura e da análise de acórdãos, com especial atenção às decisões do Supremo Tribunal Federal, abordadas como textos argumentativos situados em contextos jurídico, institucional e político. Nesse percurso, os estudantes entram em contato com os caminhos de acesso ao STF, conceitos básicos de controle de constitucionalidade, procedimento, estrutura e precedentes, bem como com as distintas formas de resposta institucional da Corte, analisando criticamente a consistência dos argumentos, o processo decisório e a influência de fatores externos às decisões.

No segundo movimento, o curso assume caráter exploratório, promovendo um vôo panorâmico por áreas e problemas centrais do Direito contemporâneo, com mergulhos pontuais em temas selecionados a partir de casos, decisões judiciais e textos de referência. Essa etapa visa ampliar o repertório dos estudantes e estimular a formulação de perguntas de pesquisa e de temas para monografias.

O curso não pretende esgotar conteúdos dogmáticos, mas oferecer instrumentos de leitura, interpretação e problematização, contribuindo para a autonomia intelectual e a formação crítica das/dos estudantes.

Ao final do semestre, as/os estudantes deverão ser capazes de:

- compreender conceitos fundamentais do controle de constitucionalidade, do diálogo institucional e do processo decisório do STF;
- analisar criticamente decisões judiciais, avaliando a consistência e a coerência dos argumentos;
- relacionar a atuação do STF e dos órgãos de controle ao desenvolvimento do direito público brasileiro;
- planejar, desenvolver e apresentar um projeto de pesquisa com rigor metodológico e atenção ao caráter empírico.

Formas de avaliação

As/os estudantes serão avaliadas/os em três frentes:

- (i) **frequência**, com exigência mínima de 80% em cada semestre;
- (ii) **participação nos debates em sala de aula**;
- (iii) **trabalho final**, consistente em projeto de iniciação científica ou monografia, apresentado ao final do segundo semestre.

O acompanhamento é contínuo e envolve tutoria individual, conversas com a Coordenação, orientação de pesquisa, discussões coletivas dos projetos e relatórios parciais, bem como banca de avaliação da monografia ao final do curso.

O desempenho será avaliado segundo os seguintes critérios:

Excelente

Empenho, assiduidade e respeito; organização nas leituras e na pesquisa; participação qualificada nos debates; raciocínio crítico consistente; e elaboração de monografia metodologicamente sólida, relevante e apta a subsidiar novas pesquisas.

Bom

Empenho e assiduidade; organização nas leituras e na pesquisa; participação pertinente nos debates; capacidade de identificar e articular problemas centrais; e elaboração de monografia metodologicamente consistente.

Insatisfatório

Descumprimento da frequência mínima; ausência de engajamento nas atividades; participação irrelevante ou inexistente nos debates; desrespeito aos colegas ou à coordenação; ou não entrega (ou entrega incompleta) da monografia.

Materiais de leitura

Os materiais de leitura dividem-se em três categorias:

- (i) **obrigatórios**, indispensáveis para acompanhamento e participação nas aulas;
 - (ii) **complementares**, relacionados diretamente ao tema de cada encontro;
 - (iii) **de formação**, destinados ao aprofundamento e à ampliação do repertório teórico.
-

Informações administrativas

Duração: programa anual.

Carga horária: 73h e 20 minutos (40 horas-aula).

Período: de 31/07/2026 a 27/11/2026 (segundo semestre).

Dias e horários:

- **sextas-feiras;**
- **14h00 – 15h40 – Oficina de Jurisprudência ("J");**
- **16h00 – 17h40 – Oficina de Pesquisa ("P").**

Sala: 401PB AB

Frequência mínima: 80% das sessões de cada atividade que compõem a Escola de Formação Pública.

Materiais didáticos: disponíveis no site da SBDP (www.sbdp.org.br) ou enviados por e-mail.

Comunicação: ef.sbdp@gmail.com Para outras informações, consultar a Coordenação e o Termo de Compromisso do curso.

Coordenação acadêmica

Clarissa Ferreira de Melo Mesquita

Doutora em Direito Econômico pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Administrativo pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa Avançado em Gestão Pública no INSPER. Coordenadora da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Contato: clamelomesquita@uol.com.br

Yasser Reis Gabriel

Doutor em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Direito SP). Pesquisador do Grupo Público da FGV Direito SP/sbdp. Advogado de Sundfeld Advogados. Contato: yasser@sundfeld.adv.br

Abel Costa Marinho

Monitor da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Graduando em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Aluno da Escola de Formação da sbdp (2024). Pesquisador pelo Núcleo Público da FGV Direito São Paulo. Contato: abelcomari@gmail.com

Cronograma de aulas

Data **Tema** **Professor(a)**

Bloco 1 — Estado, Mercado, Regulação e Economia Política

31/07 (Abertura)	Visita de Formação: Museu Judaico	
07/08	(J) Atividade econômica vs. serviço público: é possível a separação? O caso da ADPF dos Correios	Clarissa Mesquita
	(P) Interdisciplinaridade e direito comparado	Clarissa Mesquita e Yasser Gabriel
13/08 (Quinta-feira)	Atividade opcional: Conversa com Clarissa Gross mediada por Carlos Ari Sundfeld	
14/08	(J) Inteligência artificial aplicada a serviços públicos: a experiência do CADE	Carolina Saito
	(P) 1ª Discussão de trabalhos: • Rayssa Gomes, "A Autonomia do Banco Central e a Ordem Econômica Constitucional (ADI 6696): Uma análise da LC 179/2021 à luz dos princípios da CF/88"; • Eduardo Grasso: "Teto constitucional, verbas indenizatórias e mecanismos de contenção dos penduricalhos: uma análise do julgamento do STF nos Temas 966 e 976" • José Rafael: "O legado da ADPF 672 e da ADI 6341 no federalismo sanitário pós-pandêmico do STF".	Equipe sbdp + convidado Fernanda Gomes (Coordenadora da Frente de Pesquisas do Instituto Reúna)
20/08 (Quinta-feira)	Atividade opcional: Tribunal Regional Federal da 3ª Região	
21/08	(J) Regulação da saúde mental nas escolas	Rafael Belém
	(P) Roda de conversa sobre Direito, economia política e a agenda de inovação (Evento sbdp + insper)	Maria Carolina Foss e convidados
28/08	(J) Regulação da indústria de alimentos	Diogo Coutinho
	(P) 2ª Discussão de trabalhos: • Elis Medina: "REGULAÇÃO DO MERCADO DE CAPITALS Relações institucionais entre CVM e STF."; • Maria Eduarda Lopes: "TEMA 698: FRAGILIZADOR DA SEPARAÇÃO DE PODERES OU INDUTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS?"; • Victor Rodrigues: "O ESTADO-ACIONISTA: PADRÕES DECISÓRIOS DA CVM EM PROCESSOS ENVOLVENDO SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA"	Equipe sbdp + convidado Lucas Macedo e Francisco Cavalcante (Mestrado Acadêmico FGV Direito SP)
04/09	(J) Economia política, desenvolvimento e pobreza	Luciana Ribas
	(P) 3ª Discussão de trabalhos: • Ana Karoline: "AMICUS CURIAE NO PROCESSO DE DECISÃO DA ADPF 779- A ARTICULAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA AÇÃO QUE TORNOU A	Equipe sbdp + convidado Lucas Schiozer (Gerente

	<p>TESE DA “LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA” INCONSTITUCIONAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL”.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vitória Alves: “HIPERINFLAÇÃO CONSTITUCIONAL EM MATÉRIA FISCAL: O USO RECORRENTE DE EMENDAS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA PÓS-EC Nº 95”; • Camila Moreira: “A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE APLICAÇÃO PELA VIOLAÇÃO DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO STF APÓS O ECA DIGITAL”. 	Jurídico na Pars S.A)
--	--	-----------------------

Bloco 2 — Administração Pública em Reforma

	<p>(J) Gestores públicos têm direito ao erro? O art. 28 da LINDB e o julgamento da MP 966 no STF</p>	Juliana Palma
11/09	<p>(P) 4ª Discussão de trabalhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Larissa Vitória: “PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E PERSECUÇÃO PENAL NO STF: UMA ANÁLISE DOS CRITÉRIOS CONSTITUCIONAIS NA PONDERAÇÃO ENTRE PROTEÇÃO E EFICIÊNCIA INVESTIGATIVA”; • Victoria Paik: “ESTRUTURAS SOCIETÁRIAS PIRAMIDAIAS E OBSTRUÇÃO LÓGICO- PROBATÓRIA DO ENFORCEMENT DA CVM: OS LIMITES DA CVM DIANTE DO CONTROLE INDIRETO NO CASO JBS (PAS CVM 19957.005390/2017- 90)” 	Equipe sbdp + convidado Laura Kirsztajn (EFp 2018)
	<p>(J) Terceirização no serviço público</p>	Conrado Tristão
18/09	<p>(P) 5ª Discussão de trabalhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Isaías Carvalho: “Identidade de Gênero e Execução Penal: uma análise empírica da jurisprudência brasileira sobre a alocação prisional de mulheres trans”; • Eduarda Góes: “Diálogos institucionais e a proteção dos direitos humanos: como o STF utiliza a Corte Interamericana de Direitos Humanos e seus precedentes nos julgados sobre violência racial?” • Vitória Rondelo: “A INEFICÁCIA DA ADPF 347 PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO: Uma análise dos Agravos de Execução Penal, oriundos da comarca de Sorocaba, durante a Pandemia da Covid-19”. 	Equipe sbdp + convidado Ana Beatriz Guimarães Passos (EFp 2012)
20/09	Entrega do relatório parcial	

	(J) Código de Ética para o STF	Carlos Ari Sundfeld
25/09	<p>(P) 6ª Discussão de trabalhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Arthur Vaie: "A disponibilidade de controvérsias constitucionais e os limites da conciliação em ações diretas de inconstitucionalidade: um estudo da ADI 7.385"; • Ariane Minetto: "Casos Paradigmáticos de Ruptura da Uniformidade Institucional entre o TCU e a CMO: uma análise da apreciação da prestação de contas presidenciais nos exercícios de 1992, 2014 e 2015". • Maria Carolina: "A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO: Uma análise do constitucionalismo abusivo na Lei 19.722/SC". 	Equipe sbdp + convidado Adriano Ferreira (EFp 2016)
	(J) O tempo como fator da solução administrativa	Francisco Figueira
02/10	<p>(P) 7ª Discussão de trabalhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vinicius Harada: "REINVENTANDO INSTITUIÇÕES: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A RECEPÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE NA REPÚBLICA DE 1946"; • Marina Maria: "Controle externo e autonomia regulatória: a atuação do TCE-SP sobre parcerias público-privadas de transporte reguladas pela ARTESP" • João Candido: "PODE O PROFESSOR "FALAR DE POLÍTICA"? Um estudo de caso da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 548"; 	Equipe sbdp + convidado Carlos Negri (EFp 2021)
	(J) Entre proibir e regular: o STF e o transporte de passageiros por moto em São Paulo	Adriano Ferreira
09/10	<p>(P) 8ª Discussão de trabalhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Giulia Bodini: "O STF COMO LEGISLADOR NEGATIVO: UMA ANÁLISE DE SEU ENTENDIMENTO HOJE"; • Ísis Feitoza: "TEMAS 987 E 533: COMO O STF DEFINIU O DEVER DE CUIDADO DAS PLATAFORMAS EM RELAÇÃO A CONTEÚDOS MISÓGINOS NA INTERNET" • Maria Carolina: "A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO: Uma análise do constitucionalismo abusivo na Lei 19.722/SC" 	Equipe sbdp + Letícia Gongora (EFp 2021)

16/10 (Mackenzie)	(J) Loterias e apostas: de quem é a competência para explorar e controlar? O caso da ADPF 1212 e das Bets	André Rosilho
----------------------	---	---------------

Bloco 3: Direitos Fundamentais, Instituições e Novas Arenas Regulatórias

23/10	(J) Direito, economia política e a agenda de corrupção	Raquel Pimenta	
	(P) 9ª Discussão de trabalhos: • Vitório Correia: "PRINCÍPIO DA UNICIDADE DA INTERRUÇÃO PRESCRICIONAL APLICADO AO CONTROLE DE CONTAS PÚBLICAS: COMO O STF DECIDIU EM 2025"; • Giovanna Garcia: "Como o TCU atua na estruturação de projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs)?" • Tiago Henrique: "Entre o consenso e o controle: a trajetória do caso Âmbor Energia perante o Tribunal de Contas da União".	Equipe sbdp + convidado Bruna Neri (EFp 2021)	
30/10	(J) Responsabilidade da União pelos crimes da Ditadura Militar: o caso Vladimir Herzog na Justiça Federal.	Desembargador Márcio José de Moraes	
	(P) Pesquisa jurídica aplicada	Luciana de Oliveira Ramos	
06/11	Open Day EFp 2026 Direito à creche no Tribunal de Justiça de São Paulo	Aline Apolinário	
11/11 (quarta-feira)	Atividade opcional: Concessão de cemitérios no município de São Paulo	Vera Monteiro	
12/11 (quinta-feira)	Atividade opcional: VIII Vitrine de Pesquisa do Núcleo Público		
13/11	(J) Parcerias público-privadas na educação: é constitucional a gestão privada de escolas públicas?	PUC-SP Sala 201	Mariana Vilella
	(P) Os bastidores da história: como o STF chegou até aqui?		Conrado Hübner Mendes
20/11	Feriado – Consciência Negra		

22/11 (Domingo)	Entrega da monografia	
27/11 (Encerramento do semestre)	(J) Fidelidade partidária e interações Judiciário-Legislativo no Brasil	Lucas Herzog
	(P) Encerramento do semestre	Equipe sbdp

Bloco 4: Encerramento

Semana de 01/12 a 04/12	Bancas
De 07/12 a 10/12 (2ªf → 5ªf)	Viagem à Brasília <ul style="list-style-type: none"> 07/12 (2ªf): chegada e check-in 08/12 (3ªf) e 09/12 (4ªf): atividades pela manhã e pela tarde 10/12 (5ªf): atividade pela manhã. Checkout e retorno

Leituras e materiais didáticos

Visita de Formação | Museu Judaico

- A partir das 14h
- Rua Martinho Prado, 128
- Estacionamento conveniado: Rua Avanhandava, 65; embaixo do Oxxo

Oficina de jurisprudência | Atividade econômica vs. serviço público: é possível a separação? O caso da ADPF dos Correios

- Apresentação do programa do 2º semestre;

Preparação básica (obrigatória):

- ADPF 46/DF: - Ementa, acórdão, relatório e extrato de ata (p. 20-40; p. 225-227)
- Voto Min. Eros Grau (p. 87-93)
- Voto Min. Marco Aurélio (p. 41-86)
- Voto Min. Gilmar Mendes (p. 116-117; p. 201-224)

Preparação complementar:

- Íntegra do acórdão
- ADPF-ED46/DF
- Petição inicial (p. 1-5)
- MESQUITA, Clarissa Ferreira de Melo. O regime jurídico do setor postal: desafios contemporâneos e perspectivas para o setor, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Preparação básica (obrigatória):

Atividade Opcional | Conversa com Clarissa Gross mediada por Carlos Ari Sundfeld

Atividade opcional:

- 18h30 às 20h00
- Centro de Debate de Políticas Públicas – CDDP
- Av. São Gabriel, 477 - São Paulo, SP.
<<https://maps.app.goo.gl/Lwsym5qmgaXiw8QL9>>.

Oficina de Jurisprudência | Inteligência artificial aplicada a serviços públicos: a experiência do CADE

Preparação básica (obrigatória):

- CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE). **Cade, CGU e PRF realizam operação para apurar suposto cartel em licitação de obras de engenharia rodoviária.** Brasília, DF, 4 dez. 2024. Atualizado em 28 ago. 2025. Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/08/3-CADE-Processo-Novo-Rumo-Noticias.pdf>
- ROQUETE, Felipe Leitão Valadares. **Data screening tools for competition investigations: note by Brazil.** [S. l.]: OECD, 2022. <https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/08/1-Brasil-OCDE-PORT.pdf>

Preparação complementar:

- BRASIL. **Guia prático para o uso responsável da inteligência artificial (IA) generativa no dia a dia do serviço público.** Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/08/4-Infografico-Guia-IA-no-servico-publico.pdf>
- BRASIL. **GuIA: guia unificado de inteligência artificial para o setor público.** Brasília, DF: Governo Federal, 2025. Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/08/6-Guia-unificado-de-IA.pdf>

Leitura de formação:

- PACHNOU, Despina; WESTRIK, Daniel. **Data screening tools in competition investigations.** [S. l.]: OECD, 2022. (OECD Competition Policy Roundtable Background Note). Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/08/2-OECD-Data-screening-tools.pdf>

Oficina de Pesquisa | 1ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- ALELUIA, Rayssa Gomes de. *A autonomia do Banco Central e a Ordem Econômica Constitucional (ADI 6696): uma análise da LC 179/2021 à luz dos princípios da CF/88.* São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1WRDkrqjJ5AmSRKkbbEyQVD_EoxQNTKX8?usp=drive_link>.

- ROZATTO, Eduardo Grasso. *Teto constitucional, verbas indenizatórias e mecanismos de contenção dos penduricalhos: uma análise do julgamento do STF nos Temas 966 e 976*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1nVPxz-pFUH5q1IU6Coulmifm3wqLmBCS?usp=drive_link>.
- BERENSTEIN, José Rafael. *O legado da ADPF 672 e da ADI 6341 no federalismo sanitário pós-pandêmico do STF*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1KhbVDvDnOLOGo5HzXnpqidan-n3NR5RL?usp=drive_link>

Atividade Opcional | Tribunal Regional Federal da 3ª Região: Visita e acompanhamento da Sessão de Julgamento

- A partir das 14h;
- Avenida Paulista, 1842 - São Paulo, SP.
<<https://maps.app.goo.gl/eHsS4J3kXhju329o9>>.

Preparação básica (obrigatória):

- Checar pauta

Seminário no Insper (evento Insper + sbdp) | Regulação da saúde mental nas escolas | Direito, Economia Política e a agenda de inovação

Preparação básica (obrigatória):

- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE (IEPS); INSTITUTO CACTUS. 10 ações para políticas de saúde mental nas escolas: recomendações aos poderes Executivo e Legislativo no Brasil. [S. l.]: IEPS; Instituto Cactus, 2023. Disponível: <<https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2023/04/10-aco-es-politicas-saude-mental-na-s-escolas-executivo-legislativo.pdf>>

Oficina de Jurisprudência | Regulação da indústria de alimentos

Preparação básica (obrigatória):

- RDC Anvisa nº 24/2010
Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/08/RDC-24-2010.pdf>
- ADI 7788 - Petição inicial.
Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/08/Peticao-Inicial-ADI-7788.pdf>

Preparação complementar:

- Parecer da AGU sobre a RDC 24/2010:
<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/08/Parecer-AGU.pdf>
- Materiais de audiência pública realizada pelo STF
- Reportagem: Como a indústria alimentícia impediu a regulação da publicidade no Brasil (Joio e o Trigo). Disponível em:
<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/08/O-Joio-e-o-Trigo.pdf>
- Artigo: A Anvisa e a sala VIP do STF (Valor Econômico). Disponível em:
<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/08/A-Anvisa-e-a-sala-VIP-do-STF--O-pinio--Valor-Economico.pdf>

Oficina de Pesquisa | 2ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- REIS, Elis Medina Pinto. *Regulação do mercado de capitais: relações institucionais entre CVM e STF*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/folders/1cvUi7g4pRJC8ZqFn-xrL5FikIFLXN1W?usp=drive_link>.
- LOPES, Maria Eduarda Conceição. *Tema 698: fragilizador da separação de poderes ou indutor de políticas públicas?* São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/folders/1CSN-WsWT9at8oTel-P6DTbWlmd7JAZKx?usp=drive_link>.
- RODRIGUES, Victor Delamerlini. *O Estado-acionista: padrões decisórios da CVM em processos envolvendo sociedades de economia mista*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/folders/1E77f1hzYwEOXtKUeSquv44TyqJIZq-Wu?usp=drive_link>.

Oficina de Jurisprudência | Economia política, desenvolvimento e pobreza

Preparação básica (obrigatória):

- Relatório de extensão: PEDRU - O Direito na Rua. Disponível em:
<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/30d68825-86d8-49db-9ad3-10671a9c3f0a/content>
- ADPF 976 - Inteiro teor
Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/09/ADPF976.pdf>

Preparação complementar:

- RIBAS, Luciana Marin. **A pessoa em situação de rua como sujeito de direito:** elementos críticos de uma política pública. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-29072022-101629/publico/8665344DIO.pdf>

Oficina de Pesquisa | 3ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- FONSECA, Vitória Alves. *Hiperinflação constitucional em matéria fiscal: o uso recorrente de emendas como instrumento de gestão orçamentária pós-EC nº 95*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/folders/1H3Vtvadqn9Yh94KQZlsjoCYvqvg3XglC?usp=drive_link>.
- CAVALCANTE, Camila Moreira. *A responsabilidade civil dos provedores de aplicação pela violação de direitos de crianças e adolescentes: análise da jurisprudência do STF após o ECA Digital*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/folders/1aoW07ahRu8ZmfZzMiU7Oi73p3J-pDwhw?usp=drive_link>.

- CAVALCANTI, Ana Karoline Santos. *Amicus curiae no processo de decisão da ADPF 779: a articulação da sociedade civil na ação que tornou a tese da "legítima defesa da honra" inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/11wJR-OspYe7bXIU22mVthq5FyV9mT4G0?usp=drive_link>.

Oficina de Jurisprudência | Gestores públicos têm direito ao erro? O art. 28 da LINDB e o julgamento da MP 966 no STF

Preparação básica (obrigatória):

- ADIs 6.421 e 6.428
Amicus curiae da sbdp. Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2024/03/ADIs-6.421-e-6.428-%E2%80%93-Amicus-curiae-da-Sociedade-Brasileira-de-Direito-Publico-sbdp.pdf>>
Voto Min. Barroso. Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2024/03/ADIs-6.421-e-6.428-%E2%80%93-Voto-Min.-Barroso.pdf>>
Voto Min. Gilmar Mendes. Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2024/03/ADIs-6.421-e-6.428-%E2%80%93-Voto-Min.-Gilmar-Mendes.pdf>>

Preparação complementar:

- GABRIEL, Yasser. *Apagão da inovação pública?*. Portal JOTA. Disponível em:
<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2022/10/05.10.22-Consensualidade-em-improbidade-e-o-papel-do-Tribunal-de-Contas.pdf>
- PALMA, Juliana Bonacorsi de; ROSILHO, André. *Constitucionalidade do Direito ao Erro do Gestor Público do art. 28 da Nova LINDB*. Revista da CGU, Volume 13, Nº 23, Jan-Jun 2021. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/article/view/386/266

Leitura de formação:

- SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. Aplicação dos Novos Dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União (relatório de pesquisa). 2021, p. 11 – 48. Disponível em:
<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Relatorio-LINDB-pelo-TCU.pdf>

Oficina de Pesquisa | 4ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- SILVA, Larissa Vitória Cardoso Matos da. *Proteção de dados pessoais e persecução penal no STF: uma análise dos critérios constitucionais na ponderação entre proteção e eficiência investigativa*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/folders/1oAYdLA2r3jJVv3bFrGR80uLqeKOH3m2p?usp=drive_link>
- PAIK, Victoria Ji Won. *Estruturas societárias piramidais e obstrução lógico-probatória do enforcement da CVM: os limites da CVM diante do controle indireto no caso JBS (PAS*

CVM 19957.005390/2017-90). São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1Lznz2SCjr70u5lcT5q3RaqYhCOi9eGDs?usp=drive_link>.

Oficina de Jurisprudência | Terceirização no Serviço Público

Preparação básica (obrigatória):

- ADI 5685/DF:

Relatório, voto do relator (Min. Gilmar Mendes, voto Min. Marco Aurélio. Disponíveis em:

<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/09/ADI-5685-DF-relatorio-voto-Gilmar-Mendes-relator-e-voto-Marco-Aurelio.pdf>>

Preparação complementar:

- Acórdão 987/2026 - Plenário - TCU:

Disponível em:

<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/09/Acordao-987-de-2026-Plenario.pdf>

Leitura de formação:

- PEREIRA, Anna Carolina Migueis. Servidores públicos no Brasil: lições do institucionalismo para a compreensão e a transformação do regime jurídico da função pública. 2022. 319 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Capítulo 4, item 4.2.1.3, “Contratualização de serviços públicos (contracting-out ou outsourcing)”, p. 162-169. Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/09/Tese-Anna-Carolina-Migueis-Pereira-2022-Completa.pdf>

Oficina de Pesquisa | 5ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- SANTOS, Isaías de Jesus Carvalho dos. *Identidade de gênero e execução penal: uma análise empírica da jurisprudência brasileira sobre a alocação prisional de mulheres trans*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/14qiBdCYB2xKuwrtsimJWuwQ9weeuc87H?usp=drive_link>.
- DELTREGGIA, Vitória Rondelo. *A ineficácia da ADPF 347 perante o Tribunal de Justiça de São Paulo: uma análise dos Agravos de Execução Penal, oriundos da comarca de Sorocaba, durante a pandemia da Covid-19*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1Cdb6n5asOXJToaO-44xNDU64y9sWwD0S?usp=drive_link>
- LOPES, Eduarda Góes Sá Teles. *Diálogos institucionais e a proteção dos direitos humanos: como o STF utiliza a Corte Interamericana de Direitos Humanos e seus precedentes nos julgados sobre violência racial?* São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1l9XXx23W4D259kFqvS4lAr54Zr7Bun9?usp=drive_link>

Oficina de Jurisprudência | Código de Ética para o STF

Preparação básica (obrigatória):

- VIEIRA, Oscar Vilhena; BARBOSA, Ana Laura; FAUSTO, Sergio (coord.). *A responsabilidade pela última palavra: contribuição para o aperfeiçoamento institucional da jurisdição constitucional brasileira*. São Paulo: Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2025. Disponível em: <<https://fundacaofhc.org.br/publicacao/a-responsabilidade-pela-ultima-palavra/>>

Oficina de Pesquisa | 6ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- LACERDA, Arthur Vaie de. *A disponibilidade de controvérsias constitucionais e os limites da conciliação em ações diretas de inconstitucionalidade: um estudo da ADI 7.385*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1nXUuqFtDlVeUu2eSpqfKic0wlqy-Nrqs?usp=drive_link>.
- ARAÚJO, Ariane Minetto. *Casos paradigmáticos de ruptura da uniformidade institucional entre o TCU e a CMO: uma análise da apreciação da prestação de contas presidenciais nos exercícios de 1992, 2014 e 2015*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1xNkSUNnsUklT7KcMK5ue9vAsuPuPKZIA?usp=drive_link>.

Oficina de Jurisprudência | O tempo como fator de solução administrativa

Preparação básica (obrigatória):

- Tema 1268 - STF.
Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/09/Tema_1268_STF.pdf>

Preparação complementar:

- Tema 666 - STF.
Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/09/Tema_666_STF.pdf>

Leitura de formação:

- SUNDFELD, Carlos Ari. *O direito administrativo de punir o tempo leva*. In: OSÓRIO, Aline; MELLO, Patrícia Perrone Campos; BARROSO, Luna van Brussel (Coord.). *Direitos e democracia: 10 anos do Ministro Luís Roberto Barroso no STF*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 311-328. ISBN 978-65-5518-555-3.

Oficina de Pesquisa | 7ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- HARADA, Vinicius Castro. *REINVENTANDO INSTITUIÇÕES: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A RECEPÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE NA REPÚBLICA DE 1946*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1hPZ-X3tC7Tebxd75E3t-RqRfxVPeZ0G0?usp=drive_link>.

- OLIVEIRA, Marina Maria Teixeira. *Controle externo e autonomia regulatória: a atuação do TCE-SP sobre parcerias público-privadas de transporte reguladas pela ARTESP*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1hM7Jt7-aF9YAxC5TpESvnr0DQ3Vw4JT3?usp=drive_link.
- LEITE, João Candido Barbosa Chaves. *PODE O PROFESSOR "FALAR DE POLÍTICA"? Um estudo de caso da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 548.* São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1z29cW5qXsHdFpNHyz3otvsZi_KU4lxcP?usp=drive_link.

Oficina de Jurisprudência | Entre proibir e regular: o STF e o transporte de passageiros por moto em São Paulo

Preparação básica (obrigatória)

- RE 1.054.110/SP.
Ementa e acórdão (p. 1-4);
Antecipação ao voto do Min. Roberto Barroso (p. 12-23);
Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15341025600&ext=.pdf>
- ADPF 1.296/SP.
Decisão liminar - 19/01/2026 (p. 1-3 e 10-17);
Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15383556451&ext=.pdf>
- ADI 7.852/SP.
Ementa (p. 1-3);
Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15383344364&ext=.pdf>

Oficina de Pesquisa | 8ª Discussão de trabalho

Preparação básica (obrigatória):

- FEITOZA, Ísis Maria Brito. *TEMAS 987 E 533: COMO O STF DEFINIU O DEVER DE CUIDADO DAS PLATAFORMAS EM RELAÇÃO A CONTEÚDOS MISÓGINOS NA INTERNET*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/11JYQghIzqSljKG6OnceVGCqBhhDR_0dU?usp=drive_link
- BODINI, Giulia Menezes. *O STF COMO LEGISLADOR NEGATIVO: UMA ANÁLISE DE SEU ENTENDIMENTO HOJE*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1z61vhZq5XGI-tgCMS4h7dtJvRH0ggAFT?usp=drive_link
- SILVA, Maria Carolina Paraná Souza da. *A instrumentalização do processo legislativo: uma análise do constitucionalismo abusivo na Lei 19.722/SC*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1BLuKE3NVwlQP9SrZTqU4Tc-Wzm_LRsf6?usp=drive_link.

Visita de Formação | Comitê Paralímpico

- Rodovia dos Imigrantes KM 11,5 – Vila Guarani – São Paulo – CEP 04329-000.
<<https://maps.app.goo.gl/j8iTqbaQdHuHyHTn6>>.

Oficina de Jurisprudência | Loterias e apostas: de quem é a competência para explorar e controlar? O caso da ADPF 1212 e das Bets

Preparação básica (obrigatória):

- Lei Municipal nº 18.172 de 25 de julho de 2024. Disponível em:
<<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-18172-de-25-de-julho-de-2024>>
- ADPF 1212
Petição inicial;
Disponível em:
<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=784914991&prclD=7191271#>>
- ADPFs 492, 493 e ADI 4986
Julgamento conjunto
Disponível em:
<<https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2023/09/gm-uniao-monopolio-exploracao-loterias.pdf>>

Preparação complementar:

- ADI 7721
Disponível em:
<<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15371705623&ext=.pdf>>
- ADI 7723
Disponível em:
<<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15372059310&ext=.pdf>>
- ADI 7749
- ADI 7640
Disponível em:
<<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15371365507&ext=.pdf>>
- Ação Cível Originária 369
Disponível em:
<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266088>>

Oficina de Jurisprudência | Direito, economia política e a agenda de corrupção

Preparação básica (obrigatória):

- BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional. *Plano de diretrizes de combate à corrupção: Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro — Ação 01/2018*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2018. Disponível em:
<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/lavagem-de-dinheiro/enccla/copy_of_PlanodeDiretrizesdeCombateCorrupto.pdf>

- BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025–2027*. Brasília, DF: Controladoria-Geral da União, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/plano-de-integridade-e-combate-a-corrupcao-2025-2027>.
- DAVIS, Kevin E.; MACHADO, Marta R. de Assis; PIMENTA, Raquel de Mattos; PRADO, Mariana Mota. *Respostas jurídicas e políticas contra a corrupção sistêmica*. Revista Direito GV, São Paulo, v. 17, n. 2, e2120, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6172202119>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdqv/a/hT6vFLtqjFVJFwZv8KPbXR/?lang=pt>.
- PIMENTA, Raquel de Mattos; MOTA, Clara; LEVY, Mariana; KIRA, Beatriz; SAITO, Carolina. *Direito econômico e as relações público-privadas: muito além de sanções: os desafios da regulação das relações público-privadas*. JOTA, 23 maio 2024. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/columnas/elas-no-jota/direito-economico-e-as-relacoes-publico-privadas>.
- PIMENTA, Raquel. A regulação de controle da corrupção e a variabilidade institucional. JOTA, 7 jan. 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/tributos-e-empresas/regulacao/a-regulacao-de-controle-da-corupcao-e-a-variabilidade-institucional>.

Preparação complementar:

- BRASIL. Decreto nº 10.270, de 6 de março de 2020. *Institui o Grupo de Trabalho de Avaliação Nacional de Riscos de Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 9 mar. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10270.htm
- LE GRAZIE, Betina. *Ambiguidade das empresas estatais na política anticorrupção*, páginas 80-105 (Capítulo 5). 2025. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) – Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/29a7c5e9-1a36-4488-bb1e-16fb6183ec13>.
- PIMENTA, Raquel de Mattos. *A construção dos acordos de leniência da lei anticorrupção*, Ed. Blucher, 2020.
- PINHEIRO, Thiago Jabor. *Investigative leverage of leniency agreements and the effectiveness of anticorruption enforcement in Brazil*. 2026. Tese de Doutorado em Direito e Desenvolvimento. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2026. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/42824>. Acesso em: 15 out. 2026. p. 16-23; 135-144; 153-157
- SANTOS, Vitória Cristina Gomes. *Rede de accountability, multiplicidade institucional e danos no controle da corrupção: um estudo a partir do caso Refinaria Abreu e Lima*. 2026. 112 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) – Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2026.

Leitura de formação:

- PIMENTA, Raquel de Mattos. *Reformas anticorrupção e arranjos institucionais: o caso dos acordos de leniência*. 2019. Tese (Doutorado em Direito Econômico e Financeiro) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.2.2019.tde-31072020-140346. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-31072020-140346/publico/424534_8_Tese_Original.pdf

Oficina de Pesquisa | 9ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- CORREIA, Vitório da Silva. *PRINCÍPIO DA UNICIDADE DA INTERRUPÇÃO PRESCRICIONAL*

APLICADO AO CONTROLE DE CONTAS PÚBLICAS: COMO O STF DECIDIU EM 2025. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1M5lal6Bmz6FvEgo0C6OI1hKkQdAfl-TP?usp=drive_link.

- SANTOS, Tiago Henrique Cavalcanti. *Entre o consenso e o controle: a trajetória do caso Ámbar Energia perante o Tribunal de Contas da União*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1qST0ZvKGBn873ITQVKhoheVBB-LG4mVG?usp=drive_link.
- GARCIA, Giovanna Espíndola. *Como o TCU atua na estruturação de projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs)?* São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp), 2026. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1P-DF22sUXB34cPRL6C4A22_pSekf8evr?usp=drive_link.

Oficina de Jurisprudência | Responsabilidade da União pelos crimes da Ditadura Militar: o caso Vladimir Herzog na Justiça Federal

Preparação básica (obrigatória):

- Ação declaratória 56977-1 (n. original 136/76) – Sentença (Fls. 197-263)

Disponível em:

<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2023/07/SentencaHerzog.pdf>

Preparação complementar:

- Ação declaratória 56977-1 – Autos do Processo

Disponível em:

https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2023/07/0056977-66.1976.403.6100-VOL1_compressed.pdf

- Ainda estou aqui. Filme de Walter Salles
- [“Ainda Estou Aqui” ajuda a preservar a memória da ditadura no Brasil](https://www.ufrgs.br/humanista/2024/11/27/filme-ainda-estou-aqui-ajuda-a-preservar-a-memoria-da-ditadura-no-brasil-diz-professora-de-historia/) acesso em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2024/11/27/filme-ainda-estou-aqui-ajuda-a-preservar-a-memoria-da-ditadura-no-brasil-diz-professora-de-historia/>

Oficina de Pesquisa | Pesquisa jurídica aplicada

Preparação básica (obrigatória):

- Voto do Min. Luís Roberto Barroso na Consulta ao TSE nº. 0600306-47.2019.6.00.0000. Disponível em: <https://consultaunificadapje.tse.jus.br/consulta-publica-unificada/documento?extensaoArquivo=text/html&path=tse/2020/10/1/16/43/6/52de58d73c9c77d3782f0c8c0d7c68acc9d5d4e6968ea39d2e7cc9622213c19f>
- BARBIERI, Catarina H. C., RAMOS, Luciana de O. (coords.). *Democracia e Representação nas Eleições de 2018: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero - Relatório Final (2018-2019)*. São Paulo: FGV Direito SP, 2019. (Capítulo 3, pp. 60-82). Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/843a8792-0fe9-42c0-bd50-acd93ce66b99/content>

Preparação complementar:

- PINTO JUNIOR, M. E. *Pesquisa Jurídica no mestrado profissional*. Revista Direito GV 14

(1), Abr/2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/RgpvfGLXDF4sLqqwptPJH6Q/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR>

Leitura de formação:

- MELLO, A. M; WOOD JR., T. *What is applied research anyway?* Revista de Gestão, v. 26, n. 4, 2019, pp. 338-339. Disponível em:
<<https://www.emerald.com/rege/article-pdf/26/4/338/2298398/rege-10-2019-128.pdf>>

Open Day | EFp 2026 | Direito à creche no Tribunal de Justiça de São Paulo

Preparação básica (obrigatória):

- Agravo Regimental nº 0018645-21.2010.8.26.0003/50000. Acórdão Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Agravo-Regimental-no-0018645-2120108260003-50000.pdf>>

Preparação complementar:

- CORRÊA, Luiza Andrade. *A judicialização da política pública de educação infantil no Tribunal de Justiça de São Paulo*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014, cap. 5. Disponível em:
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-02122015-074746/publico/Dissertacao_Luiza_Andrade_Correa_USP.pdf>.
- PASSOS, Júlia Adib. *A Judicialização da Política Pública de Educação Infantil no Município de São Paulo: Um Estudo de Caso sobre as Decisões GTIEI*. Sociedade Brasileira de Direito Público – 2016. Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/publication/a-judicializacao-da-politica-publica-de-educacao-infantil-no-municipio-de-sao-paulo-um-estudo-de-caso-sobre-as-decisoes-gtiei/>>.

Leitura de formação:

- SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. *Controle de Constitucionalidade dos Atos do Poder Executivo*. Brasília: Ministério da Justiça, 2010 (Série Pensando o Direito, no 30). Disponível em:
<<https://bibliotecadigital.mj.gov.br/bitstream/1/16159/1/SPD-Volume30-Controle%20de%20Constitucionalidade%20dos%20Atos%20do%20Poder%20Executivo.pdf>>.
- CORRÊA, Luiza Andrade. *A judicialização da política pública de educação infantil no Tribunal de Justiça de São Paulo*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014, cap. 2. Disponível em:
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-02122015-074746/publico/Dissertacao_Luiza_Andrade_Correa_USP.pdf>.
- VASCONCELOS, Natália Pires de. *Judiciário e Orçamento Público: Considerações sobre o impacto orçamentário de decisões judiciais*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014, cap. 1, 2 e 3.

Atividade Opcional | Aula aberta: Concessões de cemitérios no município de São Paulo

- Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo;
Auditório Rubino de Oliveira, das 9h00 às 11h00

Preparação básica (obrigatória):

- Lei Municipal n.º 17.180/2019
<<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17180-de-25-de-setembro-de-2019>>
- Lei Municipal n.º 17.433/2020
<<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17433-de-29-de-julho-de-2020>>
- Decreto Municipal n.º 61.989/2022
<<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-61989-de-18-de-novembro-de-2022>>

Preparação complementar:

- FAJARDO, Gabriel Ribeiro. Agências reguladoras como poder concedente nos contratos de concessão. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito. 2023. Disponível em:
<<https://repositorio.ufmg.br/items/459068e4-ca78-4b52-af57-99bee68c9a48>>

Atividade Opcional | VIII Vitrine de Pesquisa do Núcleo Público

- Rua Doutor Plínio Barreto, 365 - Bela Vista, São Paulo - SP.

Acesse a programação em: <<https://vitrinedepesquisa.wixsite.com/website-5>>

Oficina de Jurisprudência | Parcerias público-privadas na educação: é constitucional a gestão privada de escolas públicas?

- R. Min. Godói, 969 - Perdizes, São Paulo - SP, 05015-000.

Prédio da Faculdade de Direito - Sala 201

<<https://maps.app.goo.gl/y5wueKaCmwjFcuTN6>>

Preparação básica (obrigatória):

- Decreto n.º 68.597, de 10 de junho de 2024. Disponível em:
<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2024/decreto-68597-10.06.2024.html>>
- Sentença 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo na Ação Civil Pública nº 1082708-91.2024.8.26.0053/TJSP. Disponível em:
<<https://adusp.org.br/wp-content/uploads/2025/03/tjspleilaoescolas.pdf>>
- Medida Cautelar na Suspensão de Liminar 1085. Decisão (Min. Luis Roberto Barroso). Disponível em:
<<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15374956787&ext=.pdf>>

Preparação complementar:

- Maratona de Leilões: Consórcio SP + Escolas vence o segundo lote do leilão da PPP de Novas Escolas - Secretaria de Parcerias em Investimentos. Disponível em:
<[https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/maratona-de-leiloes-consorcio-sp-escolas-vence-o-segundo-lote-do-leilao-da-ppp-de-novas-escolas/#:~:text=PPP%20Novas%20Escolas,R\\$%202%2C1%20bilh%C3%B5es](https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/maratona-de-leiloes-consorcio-sp-escolas-vence-o-segundo-lote-do-leilao-da-ppp-de-novas-escolas/#:~:text=PPP%20Novas%20Escolas,R$%202%2C1%20bilh%C3%B5es)>
- Escolas Charter e Vouchers: O que dizem as evidências sobre subsídios públicos para entidades privadas em educação? Disponível em:
<<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/06/sintese-de-evidencias-charter-e-voucher-todos-pela-educacao-e-d3e.pdf>>

Leitura de formação:

- VILELLA, Mariana; DONNINI, Thiago Lopez Ferraz. *Organizações sociais na educação: contexto histórico e legislativo e análise de uma experiência em fase de implementação*. Revista de Direito do Terceiro Setor - RDTs. Belo Horizonte, ano 12, n. 24, p. 29-59. jul/dez 2018.

Oficina de Pesquisa | Os bastidores da História: como o STF chegou até aqui?

- R. Min. Godói, 969 - Perdizes, São Paulo - SP, 05015-000.

Prédio da Faculdade de Direito - Sala 201

<https://maps.app.goo.gl/y5wueKaCmwjFcuTN6>

Oficina de Jurisprudência | Fidelidade partidária e interações Judiciário-Legislativo no Brasil

Preparação básica (obrigatória):

- Petição nº 0600641-66.2019.6.00.0000 - Tribunal Superior Eleitoral
Felipe Rigoni Lopes (PSB)
Disponível em:
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2025/10/060064166-Felipe-Rigoni.pdf>>
- MS 26.603/DF
Ementa, extrato de ata e relatório
Voto Min. Gilmar Mendes
Voto Min. Joaquim Barbosa
Voto Min. Marco Aurélio
Disponível em:
<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=570121>>

Preparação complementar:

- SILVA, Mariana F. Cardoso da. *O STF como instituição contra-majoritária: uma análise empírica de decisões de direito eleitoral*. 2007. Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp). São Paulo, 2007.
- MS 26.603/DF
Voto Min. Luís Roberto Barroso
Disponível em:
<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=570121>>

Oficina de Pesquisa | Encerramento do Semestre

Preparação básica (obrigatória):

